

Entre o enquadramento e a manipulação da memória: as comemorações do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (1990–2020)

Between framework and memory manipulation: the Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert's celebrations (1990–2020)

Láís Simão*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da narrativa apresentada nas comemorações de aniversário do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), instituição de formação de professores localizada no município de Campos dos Goytacazes, ocorridas entre a década de 1990 e o ano de 2020, buscando compreender os significados das diferentes e conflituosas formas que a memória do Instituto foi mobilizada. Para tanto, realizar-se-ão apontamentos acerca da criação e trajetória das Escolas Normais no Brasil e em Campos dos Goytacazes, além da exposição das discussões teóricas que sustentam esse artigo, de modo que se torne possível a compreensão da problemática presente no modo como se rememora a História do Instituto, que será abordada ao longo do texto.

Palavras-chave: Memória;
Comemoração; Escola Normal

Abstract

This paper aims to analyze the construction of the narrative presented at the anniversary celebrations of the Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), teacher training institution in the city of Campos dos Goytacazes, occurred between the 1990s and the year 2020, to understand the meanings of the different and conflicting ways that the Institute's memory was utilized. To this purpose, notes will be made about the creation and trajectory of the Normal Schools in Brazil and in Campos dos Goytacazes, in a row we will introduce the theoretical discussions that support this article, so that it becomes possible to understand the problem present in the way in which the history of the Institute is recalled, what will be discussed throughout the text.

Keywords: Memory; Celebration;
Teacher training

*E-mail: laispsimao@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção das narrativas apresentadas nas comemorações de aniversário do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), notória instituição de Educação Básica e formação docente do município de Campos dos Goytacazes. Estabeleceu-se o recorte temporal entre a década de 1990 e o ano de 2020 para esta análise, que busca compreender os significados das diferentes formas que a memória do Instituto foi mobilizada durante este período, no qual ocorre uma reformulação da configuração da celebração. Para tal intuito, o texto a seguir foi dividido em três tópicos: o primeiro abordará brevemente o contexto de criação e popularização das Escolas Normais no Brasil, e a instalação da Escola Normal de Campos e do Instituto de Educação de Campos, bem como a relevância destas instituições na região Norte Fluminense; o segundo centrar-se-á na discussão acerca dos conceitos e categorias basilares para a constituição da discussão sobre a memória do ISEPAM e seus usos; e o terceiro dá continuidade ao debate conceitual enfocando, porém, em como estes nos auxiliam a compreender o conflito que a comemoração em questão apresenta.

Este trabalho tem como objetivo central a análise dos diferentes usos da memória do ISEPAM presente nas comemorações de seu aniversário, todavia, é relevante fazer um apanhado histórico sobre ela, de modo a apresentar as alterações e eventos que marcam sua trajetória. Através da exposição da história do Instituto, é possível compreender também sua relevância para a região onde se encontra, uma vez que ela é considerada uma referência em instrução docente no seu município e nos municípios vizinhos, devido a suas décadas de contribuição com a formação de professores, já tendo sido vista como centro de excelência em educação (CRESPO, 2009, p. 31). Para isso, em caráter de contextualização, o presente texto aborda, também, as mudanças legais referentes à formação docente e aos Cursos Normais.

Autores como Dominique Julia (2001) vêm reafirmando a relevância dos estudos históricos que apresentam como objeto espaços escolares, uma vez que analisar a estrutura educacional de certo lugar – país, estado ou cidade – revela indícios das preocupações e intenções sobre o que lá se quer construir, dado que a escola pode ser vista como principal local para a formação cidadã. Portanto, trabalhos que visam analisar a organização educacional em recortes temporais definidos se mostram como pertinentes também para o campo historiográfico, já que esta organização se altera também em função do momento histórico, assim como a noção de cidadania, revelando preocupações sociais mais amplas através do público para o qual é destinado o ensino, de seus profissionais, dos métodos didático-pedagógicos e das disciplinas e conteúdos que compõem o currículo.

Para pensarmos o ISEPAM enquanto um objeto de pesquisa do campo da História, é interessante analisar o local ao qual o Instituto pertence e como se insere neste. Desse modo, é

válido situar historicamente primeiro a cidade onde se localiza o ISEPAM: Campos dos Goytacazes, que compõe a região¹ Norte do Estado do Rio de Janeiro.

O Norte Fluminense já obtinha relevância estadual e até nacional desde a primeira metade do século XIX, quando o Rio de Janeiro e os demais estados ainda eram províncias do Império, momento em que a atividade açucareira se implantou fortemente na região. Assim, vemos que o protagonismo econômico, populacional e territorial campista não é recente, uma vez que se destaca desde o século XIX (RAMOS, 2016, pp. 63-64). Apesar das perdas territoriais sofridas no decorrer dos séculos, o município de Campos continua sendo o maior em extensão do seu estado, com 4.032, 487 km². A título de demonstração das alterações no território campista, tomemos o dado de que em 1880 Campos possuía 5.415,10 km² (ROSSELINI, 2019, p. 30). Todavia, mesmo com a redução territorial, a população campista apresenta um crescimento ininterrupto, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Evolução da população total do município de Campos

Ano	Quantidade de habitantes
1835	51.718
1920	175.850
1935	280.500
1991	376.496
2000	407.118
2010	463.731
2020	511.168

Fonte: construção própria a partir dos dados obtidos em Horácio Sousa (1935, p. 425), em Tatiana Tramontani Ramos (2016, p. 66) e no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A importância econômica desse município foi renovada por volta de 1970 devido à descoberta de um lençol petrolífero na costa da região, que foi designado como Bacia de Campos. Com o início das atividades de exploração da bacia, desenvolve-se um diversificado conjunto de atividades que “contribuem para a geração de empregos, circulação monetária, aumento do

¹ Entende-se neste artigo *região* como um conceito polissêmico, podendo ser definido por critérios geográficos, político-administrativos, econômicos ou sócio-culturais. No caso do Norte Fluminense, os municípios que a compõem apresentam semelhanças econômicas e sociais, além de ser uma região politicamente definida. Para saber mais sobre o conceito de região e sobre a área de História Regional ver:
ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, pp. 37-61;
BARROS, 2010, pp. 217-241;
RECKZIEGEL, 1999, pp. 15-22.

poder aquisitivo local e o aumento da circulação de pessoas a partir de uma nova, e peculiar, dinâmica migratória local e regional” (RAMOS, 2016, pp. 65-66), provocando, desta forma, transformações políticas e sociais na região. Importante pontuar que o crescimento político e econômico do município, apesar de amenizar, não foi capaz de abarcar toda população, que ainda apresenta desigualdades econômicas, educacionais, culturais, sanitárias etc. que podem ser percebidas pela própria organização espacial do território urbano da cidade de Campos, onde é observável, por exemplo, a expansão das favelas (RAMOS, 2016, pp. 69-80).

A partir do que foi exposto, podemos perceber a centralidade do município de Campos no estado do Rio de Janeiro e, especialmente, na região do Norte Fluminense. O papel que Campos desempenhava naquela época implicava em uma preocupação em termos culturais com aquilo que era considerado de mais “avançado” também no quesito educacional, fazendo com que a cidade fosse gradualmente se atentando às questões acerca da instrução pública.

O lugar da formação docente a nível secundário em Campos dos Goytacazes

No final do século XVIII se dá a popularização ao redor do mundo ocidental das ideias liberais referentes à extensão da educação primária a todos os públicos. Nas primeiras décadas de 1800 temos no Brasil tentativas legais para a sua ampliação, como a promulgação da Lei de 15/10/1827², que ordena a criação de escolas de primeiras letras nos lugares mais populosos do Império. Esta lei também indicava as preocupações já existentes na primeira metade dos oitocentos sobre a importância de uma instrução apropriada para aqueles que iriam lecionar nessas novas escolas, dado a exigência para que os professores dominassem o ensino mútuo, também conhecido como lancasteriano e pela utilização de alunos como monitores, método de ensino elencado nesta mesma lei para ser aplicado nas escolas (TANURI, 2000, p. 63).

A falta de profissionais habilitados para o exercício do magistério, problema que persistiu durante as décadas seguintes à lei supracitada, impulsionou a fundação das Escolas Normais no Brasil. Elas seriam instituições de ensino voltadas para a formação dos professores para atuar nas escolas primárias, encargo das províncias desde o Ato Adicional de 1834 do Governo Imperial³. Seguindo as medidas comuns aos países europeus, as províncias brasileiras iniciaram a criação das escolas normais. É interessante notar que a grade curricular dos cursos normais era muito semelhante à das escolas primárias, uma vez que a preocupação maior era o domínio dos conteúdos a serem ministrados na educação primária, de modo a fazer que no currículo do curso normal predominassem os conteúdos da educação primária em detrimento das disciplinas de instrução didático-pedagógica dos normalistas (SAVIANI, 2009, p. 144).

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio.&text=1%C2%BA%20Em%20todas%20as%20cidades,primeiras%20letras%20que%20forem%20necess%C3%A1rias. Acesso em 23/03/2021.

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em 23/03/2021.

A primeira Escola Normal do Brasil se estabeleceu em Niterói, então capital do Rio de Janeiro, em 1835, seguida pouco tempo depois pela criação de diversos cursos de mesmo gênero que se espalharam pelas outras províncias. É conveniente apontar que, sobretudo até o início do século XX, havia um movimento recorrente de extinção dessas escolas normais, que, por vezes, era seguida por sua reabertura. Isso se dá, na justificativa dos governantes, devido à baixa procura pelo curso e pela grande desistência dos alunos, o que gerava pouco retorno para o grande investimento empregado para a sua criação e manutenção (SAVIANI, 2009, pp. 144-145). O fechamento de muitas escolas normais, somado aos poucos profissionais formados nestas instituições, é também razão para que a questão de professores sem formação específica atuando na educação primária permanecesse no século seguinte

Dentro do estado do Rio de Janeiro, a Escola Normal de Campos (ENC) foi uma das primeiras instituições voltadas para a formação docente. Criada em 1894 pela lei nº 164, de 26 de novembro, iniciou suas atividades em abril de 1895 no mesmo prédio em que funcionava – e funciona até os dias atuais – o Liceu de Humanidades de Campos (LHC) (LOPES, MARTINEZ, 2007, p. 67). Trata-se da antiga residência de José Martins Pinheiro, o Barão da Lagoa Dourada, o prédio imponente localizado na área central da cidade de Campos.

Assim como muitas outras, a ENC teve seu funcionamento interrompido, por consequência da Reforma de Instrução do Estado do Rio de Janeiro de 1900, que reduzia o valor das despesas com a educação e dava poder ao governador de fundir ou extinguir institutos de ensino. Podemos conferir abaixo a transcrição, feita pelo jornal *Monitor Campista*⁴, de um trecho do telegrama do governo do estado justificando as medidas da Reforma:

Entretanto, foi completamente iludida a expectativa geral e o ensino normal [...] tornou-se elemento oneroso aos cofres públicos. Senão vejamos: em 1891 a despesa feita com o ensino normal foi de 36:335\$144, em 1893 foi de 65:875\$003. [...] Em 1898 foi de 143:950\$000. Só em 1897 foram, pela primeira vez no novo regime, diplomadas nove professoras pela Escola Normal de Nitheroy. Em 1898 diplomaram-se doze professoras, sendo sete pela Escola Normal de Nitheroy e cinco pela Escola Normal de Campos. [...] Portanto, o estado diplomara, neste quinquênio, vinte e um professores primários, dos quaes até essa data apenas três exercem o magistério público em suas escolas. Cada professor veio a custar aos cofres públicos 23:928\$360, e a totalidade dos displomados, vinte e um, custou 481:493\$737 (MONITOR CAMPISTA, 13/02/1900⁵, manteve-se a grafia original).

⁴ Periódico de grande popularidade em Campos, fundado pelo médico Francisco José Ayípio na década de 1830, que circulou até o início dos anos 2000.

⁵ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pesq=&pagfis=19595>. Acesso em 23/03/2021.

A extinção da ENC gerou fortes manifestações contrárias, uma vez que era a única instituição de formação de professores da cidade, que já contava com boa quantidade de escolas primárias e grupos escolares (RODRIGUES, 2019, p. 96), além das escolas das cidades vizinhas que também foram favorecidas pela criação da ENC. Sobre esse ponto, o *Monitor Campista* afirma que foi grande injustiça extinguir a ENC ao invés da Escola Normal de Niterói, já que, se fosse este o caso, os danos seriam menores, dada a existência de uma escola normal na cidade do Rio de Janeiro, onde as estudantes de Niterói poderiam se matricular, o que seria impossível para as normalistas de Campos e região (MONITOR CAMPISTA, 13/02/1900).

O encerramento das atividades da ENC e a já sentida necessidade de um instituto de formação docente no município provocou a criação imediata da Escola Normal Livre, financiada por iniciativa privada e apoiada pela Câmara Municipal, localizada no prédio do Liceu de Artes e Ofícios Bittencourt da Silva, demonstrando que a recepção negativa ao fechamento da instituição alcançou o poder público municipal. A Escola Normal Livre também teve um curto tempo de existência, uma vez que já em 1901 as pressões para o reestabelecimento da escola normal oficial obtiveram resultados, com a aprovação do presidente Quintino Bocaiuva para reinstalação da Escola Normal no prédio do LHC (RODRIGUES, 2019, p. 107).

Ao retornar ao prédio do LHC, a ENC passou a dividir as dependências do local com mais uma instituição educacional, o Grupo Escolar Barão de Tautphoeus, que foi criado em 1900 junto das demais medidas da citada *Reforma de Instrução*. Apesar de coabitar o mesmo prédio, havia grande preocupação, até a década de 1930, em separar os alunos dos diferentes cursos, muito em decorrência de questões de gênero, uma vez que a grande maioria dos normalistas era formada por moças, e a dos liceístas por rapazes (RODRIGUES, 2019, p. 111). Dessa forma, além da separação das salas de aula de acordo com o curso, os horários dos intervalos também eram diferentes para cada um. Entretanto, com o Decreto de nº 2.571 de 22 de abril de 1931, que reformula o ensino secundário básico, altera-se a organização espacial do prédio do LHC (CRESPO, 2011, p. 57).

Sobre a divisão espacial do prédio do LHC, é curioso o fato de os estudantes do liceu ocuparem as salas de aula existentes no prédio principal, o luxuoso casarão, enquanto as normalistas ficavam desde 1897 com as classes do térreo, que outrora foram as senzalas anexas ao solar do Barão da Lagoa Dourada (LOPES, MARTINEZ, 2008, p. 69). De acordo com Márcia Crespo (2009, p. 50), a distribuição espacial era reflexo das discriminações de gênero e do menor prestígio do curso de formação docente, em comparação ao curso secundário do LHC.

No governo Getúlio Vargas (1930 – 1945), no período em que o Ministério da Educação e Saúde era comandado por Gustavo Capanema, executou-se a Reforma Capanema. Com ela foi criada a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2/1/1946⁶), que estabeleceu novas diretrizes para as escolas normais e os institutos de educação, que também possuíam a

⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 23/03/2021.

mesma função de preparação docente. Dentre as novas exigências estava a necessidade do curso de formação para o magistério funcionar em uma instituição que abrigasse também um grupo escolar e um jardim de infância, para que servissem como colégio de aplicação dos estudantes. Essa exigência levou a um segundo fechamento da ENC, sendo este último definitivo, já que neste período não havia escola primária em funcionamento no prédio do Liceu (CRESPO, 2009, p. 65-66).

Como resultado indireto desta Lei Orgânica, foi criado o Instituto de Educação de Campos (IEC) pelo Departamento do Ensino Médio⁷. Apesar do fechamento definitivo curso normal ligado ao LHC em 1954, o IEC iniciou suas atividades somente em 1955 (CRESPO, 2009, p. 65-66), no prédio do antigo Grupo Escolar Saldanha da Gama, que foi incorporado ao Instituto. O Saldanha da Gama foi inaugurado em 1947, podendo ser considerado como indicativo do movimento de expansão das escolas públicas, uma vez que seu prédio foi construído em uma área até então considerada periférica, apesar de estratégica, pois é ponto de passagem para outros locais do município e de cidades vizinhas (CRESPO, 2009, p. 66-67).

O IEC apresenta grandes diferenças em relação ao curso de formação docente que existiu junto ao LHC, além de suas diretrizes legais. Em outro prédio, já construído para servir como espaço escolar, situado em área periférica na cidade, o IEC vinculava-se a outras instituições e deixava de ter relações com o tradicional Liceu para se unir ao recém-criado Saldanha da Gama. Mesmo que os alunos da ENC tenham se transferido para o IEC, as relações a serem estabelecidas na nova instituição em muito se diferiam daquelas criadas no espaço do LHC, uma vez que o corpo de funcionários e os cursos com os quais dividia as dependências do prédio eram outros.

Cabe destacar que esta mudança não foi bem recebida pelos estudantes da ENC, que se mostraram relutantes com a transferência de uma instituição tradicional que conferia *status* aos estudantes, o LHC, para uma instituição recém-criada e localizada em área periférica da cidade, o que significava para os normalistas uma perda de prestígio do curso. Este período gerou, também, uma sensação de perda de identidade devido às mudanças legais, espaciais e sociais que enfrentaram na sua formação, que foi se amenizando à medida que novos laços foram criados com os novos grupos que compunham a instituição (CRESPO, 2009, pp. 69-71).

Em 1965, o nome do Instituto de Educação de Campos foi alterado para Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert⁸, e em 2001 passa a pertencer à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), órgão estadual. No ano seguinte, inaugura o curso Normal Superior, fazendo com que o nome da instituição mude novamente para Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, como é intitulado até atualmente. Em 2009, o Normal Superior se torna a

⁷ Departamento pertencente à Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC/RJ), fundado pela Lei nº 2.146 de 12 de maio de 1954.

⁸ Docente formado durante a primeira década do século XX na Escola Normal de Campos (CRESPO, 2009, p. 52), Aldo Muylaert foi diretor do Ensino Médio da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro (SEEC/RJ) em meados dos noventa (CRESPO, 2009, p. 87), período em que ocorreram significativas alterações estruturais dos cursos normais.

Licenciatura em Pedagogia, curso ainda presente na instituição. É notável o fato de que o prédio do antigo Grupo Escolar Saldanha da Gama, que abriga o ISEPAM, foi tombado como patrimônio de Campos pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal (COPPAM), através da resolução nº 005/2013, em virtude de seu valor arquitetônico.

Atualmente o ISEPAM oferece diversos segmentos de ensino, que vão desde a Educação Infantil até a pós-graduação em Gestão Escolar, passando pelo Ensino Fundamental e Médio, que inclui a Formação Geral e o Curso Normal, além da Licenciatura em Pedagogia e dos cursos técnicos em Secretaria Escolar e Informática. O Instituto também oferece cursos abertos à comunidade, como os de línguas estrangeiras e violão. Estima-se que estejam matriculados cerca de quatro mil alunos, divididos nos diferentes cursos⁹.

Apesar do presente trabalho não ter como foco único de investigação a História das instituições de formação docente ou do instituto que conhecemos hoje como ISEPAM, o apanhado feito e exposto até aqui é necessário para compreender as questões e pontos que foram levantados durante a pesquisa e a leitura da bibliografia existente sobre o tema. Como dito na Introdução, o nosso objetivo central é a análise das comemorações de aniversário do Instituto, pensadas enquanto usos da memória da instituição e, a partir do arcabouço teórico que será exposto a seguir, se são usos resultantes apenas de um dado enquadramento ou se apresentam abusos em sua construção. Isso significa que tentamos compreender, além de como, o porquê de a comemoração ser realizada como é atualmente, qual memória ela busca celebrar e se essa memória transmitida pela narrativa da celebração apresenta possíveis manipulações¹⁰.

Durante a pesquisa sobre o ISEPAM, averiguou-se um conflito na atual data elencada para a celebração de aniversário, a partir da dissertação da Márcia Regina Crespo (2009), que traz o registro da comemoração de 40 anos do Instituto, ocorrida em março de 1994. Dessa forma, a problemática sobre o uso da memória nesse ato comemorativo surge devido a mudança na celebração, uma vez que é em maio que esta ocorre atualmente, apesar de não ser o mês de criação ou de início das atividades da escola. Também é incerto o tempo de existência que designam para o Instituto, já que hoje em dia consideram o início do colégio a partir de 1895 – ano de início das aulas da ENC –, mas em 1994 consideravam a partir de 1954 – ano de desvinculação da ENC do LHC e criação do IEC.

O terceiro tópico deste artigo se concentrará em apresentar as razões de conflitos relacionados à comemoração de aniversário do ISEPAM, buscando compreender se existem

⁹ VÍDEO comemorativo dos 125 anos do ISEPAM. Roteiro: Mirian Carvalho de Araújo. Disponível em: <https://www.facebook.com/905856209437096/videos/3050185215061793/>. Acesso em: 20/03/2021.

¹⁰ É necessário o esclarecimento o uso do termo “manipulação” nesse trabalho. O termo, empregado enquanto categoria de análise pelos próprios autores que baseiam a discussão aqui realizada, é comumente relacionado a atos perversos ou corruptos. No entanto, evitaremos juízo de valor acerca dos usos possíveis para a memória e aplicaremos “manipulação” apenas para nos referir à adequação, ao enquadramento da memória feito de modo a provocar conflitos ou deformações ao conteúdo ao qual faz menção, seguindo as interpretações feitas por Paul Ricoeur (2007) e Helenice Silva (2002), que serão apresentadas em tópico posterior do artigo.

fatores questionáveis no enquadramento e nesse uso da memória. Todavia, é preciso agora discutir os referenciais teóricos que nos auxiliarão nesta análise.

Memória coletiva e identidade: instituições escolares enquanto lugares de memória

Antes de passarmos para o foco principal deste artigo, é necessário compreender conceitos e categorias que se mostraram basilares para o debate que se pretende fazer sobre usos da memória e da comemoração. Inaugurando os estudos sobre memória no campo das Ciências Sociais, temos o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), responsável pela categoria de memória coletiva, que atualmente é amplamente utilizada também em trabalhos historiográficos. Para Halbwachs (1990), toda lembrança possui relações com fenômenos exteriores ao indivíduo que a carrega. O autor não nega seu aspecto individual, mas, sim, indica que a memória sempre terá sua dimensão coletiva, uma vez que se constrói a partir de influências de um ou mais grupos sociais. Desta forma, mesmo a lembrança de um momento em que o indivíduo esteve desacompanhado tem seu aspecto coletivo, “posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Halbwachs (1990, p. 33-35) afirma também a necessidade de uma comunidade afetiva como suporte para a memória, uma vez que os depoimentos e lembranças de membros de determinado grupo têm capacidade de fortalecer uns aos outros, e que, por outro lado, o afastamento de algum membro do grupo em questão provoca um enfraquecimento gradual de sua memória sobre ele. Ainda sobre as possíveis alterações que a memória pode sofrer, o autor destaca que as lembranças que cada indivíduo do grupo possui podem variar, já que assumem papéis diversos e são influenciados por outros grupos (1990, p. 51).

Outro sociólogo que contribuiu para os estudos acerca da memória é o francês Michael Pollak (1948-1992). O autor se vale da obra de Halbwachs para pensar nos elementos que constituem a memória, tanto a individual quanto a coletiva. Para Pollak (1992), a memória é composta por personagens, lugares e acontecimentos, elementos estes que podem ter sido experienciados pessoalmente ou indiretamente, através do grupo ao qual o indivíduo pertence, o que o autor chama de “memória herdada” ou “vivida por tabela” (POLLAK, 1992, p. 201-202). Este ponto reforça o argumento de Halbwachs sobre a influência dos grupos e memórias sociais na construção das memórias individuais, uma vez que mesmo acontecimentos que não foram presenciados por determinada pessoa podem ser incorporados à memória da mesma a depender do papel e da força que representam no grupo ao qual faz parte. Deste modo, a partir dos estudos de Pollak, percebemos a possibilidade de transferências de acontecimentos, lugares ou personagens constitutivos de determinada memória coletiva para a memória individual de seus membros, mesmo que estes apresentem apenas vivências indiretas relacionadas a estes elementos. Essas assimilações o autor também chama de projeções.

Do mesmo modo, Pollak (1992, p. 204) preocupa-se com a estruturação da memória, que, para ele, além de sua parte herdada, sofre flutuações e influências de preocupações pessoais ou sociais na sua organização. Estes elementos são, para o autor, indicativos de que a memória seria um fenômeno construído, o que pode implicar em exclusões, assimilações e/ou destaques, mostrando seu caráter seletivo.

Em suas discussões sobre a memória, o autor evidencia sua relação com a identidade para além dos fatores em comum de serem elementos construídos e passíveis de serem negociados. Pollak (1992, p. 205) indica a interdependência entre a memória coletiva e o sentimento de identidade, uma vez que afirma que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” e que ela corresponde a referências do grupo social com o qual se relaciona. Assim como a memória possui fatores constitutivos, a identidade também possui elementos essenciais à sua construção, que o autor lista como os sentimentos de: unidade física (existência de fronteiras físicas ou de pertencimento); de continuidade dentro do tempo; e de coerência entre as características que compõem o indivíduo.

Outro ponto na obra de Pollak (1992) que é relevante para a presente discussão é o de trabalho da memória e enquadramento da memória. O primeiro diz respeito ao exercício de manutenção que a própria memória faz em relação a si mesma, já o segundo se relaciona com o caráter de fenômeno construído da memória, uma vez que se refere à operação de enquadrar e adequar a memória a partir de certas intenções.

Categoria que também é muito discutida dentro dos debates sobre o fenômeno da memória é a de “lugares de memória”, elencada por Pierre Nora (1931) em fins do século XX. De acordo com o autor, nós consagramos lugares à memória à medida que deixamos de estabelecer relações espontâneas com a memória à qual este lugar corresponde. Esse movimento de criar lugares para abrigar a memória seria causado pela aceleração da História, que provoca o sentimento de ruptura com o passado e do elo de identidade, que pode ser percebido, por exemplo, através do fim das sociedades-memória, aquelas que “asseguravam a passagem regular do passado para o futuro” (NORA, 1993, p. 8). Dessa forma, o processo de distanciamento da memória, faz surgir a sensação do dever de destinar lugares a esta como forma de mediação entre esses tempos que já não possuem um elo natural, estabelecendo, assim, como apresenta François Hartog (2013, p. 164), uma relação de segundo grau com a memória.

Nas palavras de Nora (1993, p. 9), ao diferenciar História e memória, a memória é:

a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Posto isso, o autor afirma que os lugares de memória são restos, “testemunhas de outra era” e “das ilusões da eternidade”, que são criadas pela ausência de memória espontânea. “Fala-se tanto em memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 7), e sentimos a necessidade de a consagrar lugares, pois já não vivemos nela, caso contrário, eles não seriam necessários. Essa demanda de memória pode ser vista tanto como consequência da crise de nossa relação com o tempo quanto uma resposta a ela (HARTOG, 2013, p. 186).

Essa crise que gera uma maior demanda da memória ajuda a explicar o fenômeno da patrimonialização iniciado na segunda metade do século XX. Assim como é necessário criar arquivos, manter celebrações e outros meios para não perder a memória, é preciso, também, abranger e proteger os patrimônios. Sobre esse ponto, Hartog (2013, p. 195) evidencia o papel que o patrimônio obtém como símbolo da identidade do grupo ao qual pertence, uma vez que, “[...] nessa nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam ambos como vetores da identidade”.

Ainda sobre os lugares de memória, sua complexidade repousa no fato de serem, ao mesmo tempo, naturais e artificiais e compostos pelas dimensões materiais, funcionais e simbólicas. Em suas variadas formas, os lugares de memória sempre apresentarão essas três dimensões. Sempre haverá o material, mesmo que sendo um recorte temporal; o funcional enquanto componente de um ritual ou pela sua capacidade de transmissão da lembrança; e só será lugar de memória se for revestido por uma aura simbólica (NORA, 1993, pp. 21-22).

No caso da instituição que é foco deste trabalho, o ISEPAM, pensado como um lugar de memória campista de formação docente, podemos perceber seu aspecto material pela arquitetura imponente de seu prédio; o simbólico tanto pelas suas referências artísticas, quanto pelo valor cultural atribuído ao instituto que abriga. Mais evidente é seu aspecto funcional, uma vez que segue como sede de uma instituição escolar.

As instituições escolares pelas quais passamos ao longo de nossa vida permanecem em nossa memória individual, mas, também, na memória coletiva do grupo de profissionais e alunos que fizeram parte delas. Em casos mais notáveis, têm potencial de estarem presentes em uma memória mais ampla, como de uma cidade ou até mesmo de um país. O ISEPAM pode incluir-se nesse exemplo, uma vez que a lembrança dos normalistas ou de sua participação nas comemorações de feriados nacionais são comuns a indivíduos que não necessariamente estiveram na instituição enquanto funcionários ou estudantes¹¹.

Trazendo casos de maior notoriedade, podemos pensar nos exemplos do Colégio Pedro II e do Liceu de Humanidades de Campos e, que também podem ser considerados *lugares de memória* por fazerem referência a uma memória coletiva mais abrangente. O primeiro trata-se

¹¹ É pertinente apontar que a figura da normalista está presente no imaginário brasileiro, como nos indicam obras que a apresenta enquanto personagem central, dentre as quais podemos citar o livro *A Normalista* de Adolfo Caminha, grande nome no movimento literário naturalista brasileiro, e as músicas “Tudo Outra Vez” e “Normalista”, de Belchior e Nelson Gonçalves, respectivamente.

de um colégio foi criado em 1837 para ser o padrão e modelo oficial do ensino secundário do Império para as províncias (CARDOSO, 2011, p. 21). Já o segundo, foi criado a partir de curso ginásial na década de 1880, ocupando desde sua criação um dos prédios mais luxuosos da mesma cidade onde se localiza o ISEPAM.

Para além do grande número de pessoas que passaram por essas instituições, elas se inserem numa memória coletiva ao passo que representaram marcos na História da Educação e das políticas educacionais no Brasil e que se tornaram símbolos regionais. Equiparado ao Ginásio Nacional em 1900, o LHC conferia *status* a quem lá estudava, os chamados liceístas, e é representante do movimento de expansão dos cursos ginásiais pelo território brasileiro. Foco atualmente em diversas pesquisas¹², o LHC ainda é um dos patrimônios e lugares de memória campistas de maior destaque. É válido pontuar que o LHC tem seu prédio tombado como patrimônio também a nível estadual, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Sobre o Colégio de Pedro II, cujas unidades se localizam, atualmente, na cidade do Rio de Janeiro e na região metropolitana, ele se inseriu no plano de representação do poder e da cultura imperial por meio de um repertório simbólico, que inclui a arquitetura das novas instituições, assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Público, criados em 1838 (CARDOSO, 2011, pp. 19-20)¹³. Desse modo, foi um dos elementos do processo de construção do Estado Nacional. Ainda de acordo com Cardoso (2013, p. 2), “o Colégio Pedro II foi um marco do projeto nacional civilizador e um dos principais atores da História da educação no Brasil. Primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, respondeu às necessidades político-culturais do Estado e da sociedade”.

Diferentemente do ISEPAM e do LHC, o Colégio Pedro II é incorporado a uma memória coletiva a nível nacional, uma vez que detém referenciais que o ligam ao resto do país (CARDOSO, 2013, p. 17). Há ainda um relevante trabalho de autoria da historiadora Vera Lucia Cabana de Andrade (2007) sobre esta instituição que discute justamente essa propriedade ao objetivar configurar o Colégio enquanto um lugar de memória. Vemos que esta instituição

consolidou-se como sede do governo central desde os tempos coloniais, continuou, na formação do Império, como lugar privilegiado em sua dimensão social. O elemento simbólico de sua localização - a Corte - era reforçado com o nome escolhido, o do Imperador. Por sua vez, o próprio D. Pedro II ajudou a fortalecer o caráter imperial do

¹² Cabe aqui mencionar a contribuição do trabalho de recuperação do Arquivo Escolar do Liceu de Humanidades de Campos realizado pelas professoras Sílvia Alícia Martinez e Maria Amélia Boynard, vinculadas à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, que resgatou um vasto acervo, favorecendo a produção de trabalhos sobre o Liceu e, também, sobre a Escola Normal de Campos, dentre os quais se pode citar:

CABRAL, 2020;

MARTINEZ; GANTOS; BOYNARD, 2006;

MARTINEZ, 2008;

MARTÍNEZ, 2010, pp. 179-200.

¹³ A autora cita a produção de imagens, dentre as quais está a arquitetura das instituições de prestígio, para compor o simbolismo do poder imperial.

Colégio [...]. O Colégio Pedro II se transformou, ao longo de sua história, em referência nacional para a educação brasileira. Em lugar das reminiscências individuais foi construída uma memória coletiva que emergiu da história do Colégio. Nestes termos, diversas práticas e representações sedimentaram no tempo a imagem idealizada do Imperial Colégio, num processo de apropriação de sua identidade. Os símbolos trouxeram para o presente seu estatuto e sua posição histórica (CARDOSO, 2013, p. 17).

Tendo em vista o ISEPAM, pode-se dizer que sua notoriedade é a nível regional, englobando o município de Campos e os municípios vizinhos. Como foi um dos primeiros cursos de formação de professores do Estado do Rio de Janeiro, a Escola Normal de Campos e, posteriormente, o Instituto de Educação de Campos, atendia à demanda de alunos das várias escolas primárias campistas e de outras localidades (OLIVEIRA, 1900, *Apud* RODRIGUES, 2019, p. 98).

Em sua dissertação *Políticas Educacionais e Magistério em Terras Fluminenses*, Regina Márcia Crespo (2009) fala amplamente, utilizando diversos relatos de ex-alunos e ex-funcionários, da relevância social que possuía o Instituto. Símbolo de prestígio e possibilidade de independência financeira, principalmente para as jovens mulheres, o diploma como professora era um sonho não apenas para os estudantes que almejavam o curso, mas, também, para seus familiares (CRESPO, 2009, p. 134).

Além deste grupo, como foi levantado anteriormente, o ISEPAM inscreveu-se na memória coletiva campista, ao passo que, “ao se projetar como lugar de memória da formação docente, ratificou a imagem que a instituição, ao longo de meio século, representou no imaginário social: não somente um polo de educação, mas um símbolo social e cultural” (CRESPO, 2009, p. 108). É oportuno pontuar que, mesmo com o tombamento do prédio pelo seu valor simbólico e arquitetônico através do COPPAM em 2013, ainda não foram realizadas obras de restauro ou manutenção específica para a construção.

É comum abordar nos trabalhos acerca da memória e identidade a questão patrimonial, tendo em vista que o patrimônio pode ser considerado uma das ferramentas de fortalecimento de uma dada memória e da identidade a ela relacionada. Deste modo, a relação entre essas três categorias nos leva também à ampliação dos debates e da concepção de patrimônio, já que se torna imperativo patrimonializar outras manifestações culturais, fora aquelas de dimensão estritamente material, para que pudesse abarcar outras memórias. Sobre a relação entre memória, identidade e patrimônio, Joël Candau (2001, pp. 158-159) fala-nos:

O patrimônio, observa Marc Guillaume, funciona como um “aparelho ideológico da memória”: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado” e, em particular, a ilusão da continuidade. Dominique Poulot faz uma constatação similar quando afirma que a história do patrimônio é a história da “construção do sentido de identidade” e, mais particularmente, aquela dos “imaginários de autenticidade” que inspiram as políticas patrimoniais.

O conceito de região também é interessante para os estudos sobre memória e identidade, uma vez que o território pode ser um elemento ativo na construção destas. Nesse sentido, pensando o Norte Fluminense como recorte em que o ISEPAM possui ou possuiu notoriedade, a cidade de Campos foi, e ainda é – apesar de em menor escala atualmente –, relevante política e economicamente ao ponto de influenciar e ser referência para as demais localidades ao seu entorno.

O que se quis mostrar aqui é que o município de Campos – e algumas de suas instituições – não possui, atualmente, grande destaque em escala nacional, mas, dentro do Norte Fluminense, segue sendo referência. Na atualidade, é raro ver estudantes do nível básico se locomoverem de outros municípios para realizar seus cursos em Campos, entretanto, a cidade agora pode ser vista como polo universitário para essa região.

Dessa forma, o ISEPAM foi durante décadas referência na formação docente da região com o Curso Normal a nível médio e o Normal Superior. Sua influência regional contribui para que fosse visto na sociedade campista como instituição necessária – até o surgimento dos cursos de licenciaturas e pedagogia – e categorizado como símbolo cultural e, a partir de nossa proposta neste artigo, lugar de memória.

As comemorações do aniversário do ISEPAM como objetos da memória e da História

Em torno da categoria de memória, temos ainda as discussões acerca da problemática de seus usos. A memória é mobilizada quando se pretende narrar a História de uma população, na tentativa de construção de uma identidade nacional ou recordar a luta de um povo, para citar algumas possibilidades. Seus usos são diversos e, a depender de seus objetivos, a memória será acionada de diferentes maneiras.

Quando falamos em usos da memória, inevitavelmente abordaremos as possibilidades de abusos. Como a memória coletiva – a categoria que mais nos diz respeito neste texto – é um fenômeno construído, também é, portanto, seletivo. O aspecto da seletividade, intrínseco à memória coletiva, transparece quando a memória é exercitada, ou seja, quando está em uso. A seleção ou priorização de determinados aspectos da memória não é, por si só, considerado abuso, mas, sim, um certo enquadramento. Sobre essa questão, o filósofo francês Paul Ricoeur (1913 – 2005) afirma que o que determina um uso abusivo da memória é a “mimética incorreta” (2014, p. 72). Desta forma, podemos compreender que o processo de escolha que abarca o esquecimento é um uso aceitável da memória até o ponto em que este não deturpe o conteúdo ao qual a memória em questão faz referência.

Em sua obra *A Memória, a História, o Esquecimento*, Ricoeur (2014, pp. 82 -104) discute sobre as formas de abuso de memória que, de acordo com o autor, são: 1) a memória impedida; 2) a memória obrigada ou comandada de modo abusivo; e 3) a memória manipulada. Essas possibilidades de uso abusivo são relacionadas ao que Ricoeur trata como “memória natural”. A primeira forma de abuso se refere ao “nível patológico-terapêutico”, em que se é possível falar

de “memória ferida”, à qual ligamos os termos traumatismo e feridas. A segunda diz respeito ao que entendemos também como “dever de memória”, isto é, do compromisso de reconhecimento dos povos e grupos que foram vitimados por conflitos ou pelo seu apagamento na História, o que indica, enquanto ideia relacionada a “dever de justiça”, abusos no “manejo da ideia de justiça”. Já a manipulação de memória, forma de abuso sobre o qual mais nos concentraremos aqui, trata-se do abuso de memória mais comumente associado ao abuso do esquecimento, em que há de forma mais evidente excesso ou escassez de memória, mais notavelmente em casos de manipulação realizados por poderes instituídos. Ricoeur (2014, p. 98) relaciona a memória manipulada à ideologia e ao seu caráter de “discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece”.

Helenice Rodrigues Silva, em seu artigo “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória” também discute as manipulações de memória¹⁴. A autora faz uma breve exposição sobre as discussões sobre memória e como o conceito tem sido abordado atualmente antes de passar para seu tema central na obra, as comemorações, outro fenômeno resultante da necessidade de manutenção da memória coletiva. Dentro deste debate, as comemorações podem ser vistas também como lugares de memória – como indica o tombamento de festas, celebrações e comemorações de aniversário como patrimônio cultural imaterial¹⁵ –, mas, também como um dos usos da memória.

Em concordância com Ricoeur (2014), Silva (2002) aborda o caráter seletivo da memória e como ele transparece nas comemorações a depender dos objetivos e dos interesses em questão. De acordo com a autora,

as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal (2002, p. 6).

Assim como a memória coletiva é construída em função do futuro, a comemoração, uma vez que é uso da memória, também “pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro” (SILVA, 2002, p. 8). Dessa forma, analisando o discurso comemorativo é possível mais do que compreender como os organizadores da celebração querem apresentar o que se comemora, mas, também, o que se deseja alcançar na posteridade.

¹⁴ Outros autores abordam as discussões sobre manipulação de memória. Ver também: CANDAU, 2001; CATROGA, 2001; TODOROV, 2000.

¹⁵ Em âmbito nacional podemos citar a Festa do Divino Espírito Santo, presente em muitas cidades ao redor do país, e, na região de Campos, a Cavalhada de Santo Amaro, uma das poucas cavalhadas que ainda ocorrem no Brasil.

Analisando o nosso objeto, a possibilidade de abuso de memória na narrativa transmitida na celebração de aniversário do ISEPAM foi levantada a partir dos anos de existência comemorados atualmente e da data em que esta ocorre. No dia 12 de maio de 2020, o ISEPAM celebrou seus 125 anos. E o porquê esta data pode ser considerada uma problemática de investigação, é o que se pretende desenvolver agora.

Iniciemos pela idade atribuída à instituição. Como dito anteriormente, para que o ISEPAM tenha comemorado 125 anos de existência em 2020¹⁶, o Instituto deve considerar 1895 como início de sua trajetória, ano em que iniciaram as atividades da ENC, vinculada ao LHC. Apenas esse fator já faz a comemoração ser questionável, uma vez que considera a ENC e o IEC, que veio a se tornar ISEPAM, como uma mesma instituição, o que, a partir da exposição do histórico dessas duas escolas feita no primeiro tópico deste artigo, parece-nos incoerente. Não se nega aqui, entretanto, a relação entre as duas instituições, já que uma, o IEC, foi criada, muito provavelmente, devido ao fechamento de outra, a ENC. E é justamente esse movimento de encerramento das atividades de um instituto e criação de outro que mostra o nosso ponto aqui, visto que não foi apenas uma mudança de endereço e de nome, como pode ser interpretado em uma leitura menos atenta a essas questões.

Para reforçar esse aspecto, é importante lembrar que, para além da nova localização, existiam outras diferenças entre a ENC e o IEC, como o corpo de funcionários e os cursos com os quais dividiam o prédio, uma vez que a ENC convivia com os liceístas e o IEC com um jardim de infância e um grupo escolar. Aqui podemos imaginar que a rotina dos normalistas transferidos de uma instituição para outra se alterou bastante, o que deve ter contribuído para o estranhamento e rejeição a essa mudança, tendo em vista que, para eles, parecia significar um enfraquecimento de sua identidade (CRESPO, 2009, p. 69-70). Essa reação é compreensível, pois esse período de rompimento de laços, físicos e sociais, apresentou-se como ameaça aos três fatores que Pollak (1992) afirma que constituem o sentimento de identidade, apresentados no tópico anterior.

Pode-se perceber a oposição entre a ENC e o IEC por meio da análise do conceito de *cultura escolar*, trabalhado por Antonio Nóvoa (1992). O autor apresenta que apesar das escolas estarem inseridas numa estrutura mais ampla, recebendo influências socioculturais de onde se encontram e do órgão que as supervisiona, cada uma desenvolve uma cultura própria que inclui desde a organização física do seu espaço até as manifestações visíveis ou não que afetam os sujeitos escolares, que é o que chamamos de *cultura escolar*. Assim, podemos compreender que a cultura escolar existente nos anos anteriores à extinção da ENC se difere da que foi construída nos primeiros anos do IEC, uma vez que os elementos que as compõem – a localização espacial;

¹⁶ Em vídeo publicado no período da comemoração em 2020, informa-se que há 125 anos foi criada a ENC, mas tratam a criação do IEC como uma alteração de nome da antiga Escola Normal. Disponível em: <https://www.facebook.com/905856209437096/videos/3050185215061793>. Acesso em: 20/03/2021.

o local de instalação; o corpo escolar e as relações que se estabelecem; os regimentos do curso normal que passaram a incorporar a exigência de colégios de aplicação – se alteraram. A percepção de ruptura pelos normalista causada pelo fechamento da ENC e abertura do IEC é outro indicativo da mudança da cultura escolar, que não foi vista positivamente pelos estudantes do curso normal, que consideraram inicialmente que estar em um novo prédio numa área periférica e não mais num casarão luxuoso na área nobre significaria a perda de prestígio do curso, como demonstram as entrevistadas para a dissertação de Crespo (2009, p. 69-70).

Além de todos os aspectos que se incluem nas organizações internas às duas instituições, há, também, todos os aspectos curriculares e legais referentes às leis e aos decretos que provocaram o encerramento das atividades da ENC e a criação do IEC, o decreto-lei nº 8.530, de 2/1/1946 e a lei nº 2.146 de 12 de maio de 1954, respectivamente. Dessa forma, apesar da forte conexão entre as instituições, não as devemos tratar como uma mesma escola.

Utiliza-se como fonte para este trabalho uma edição especial do *Jornal Dimensão*, produção dos estudantes do então IEPAM, criado na década de 1980 para servir como um meio de registro e divulgação das atividades desenvolvidas pelos alunos e professores da instituição (CRESPO, 2009, pp. 117-118). A edição aqui mobilizada data de março de 1994 que é publicada em comemoração ao aniversário do Instituto, contando com relatos e homenagens de seus funcionários e estudantes (CRESPO, 2009, pp.118-132). Todavia, o que é essencial para a discussão deste artigo é como a problemática da comemoração atual do aniversário da instituição se torna evidente a partir da leitura desta edição, uma vez que celebra os 40 anos de existência do Instituto, como podemos observar com a reprodução seguir:

Figura 1 – Edição comemorativa do *Dimensão*



Fonte: reprodução do exemplar localizado no arquivo do ISEPAM (CRESPO, 2009, p. 121).

Essa comemoração considerava, então, o início da trajetória do que entendemos atualmente como ISEPAM em 1954, ano de encerramento do curso da ENC e criação oficial do IEC. Assim como o ano, os meses das comemorações de 1994 e de 2020 não são os mesmos. É curioso o fato de que 12 de maio, data em que a comemoração ocorre atualmente, aparece na História das instituições somente em meados do século XX com a criação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC/RJ), fundada pela Lei nº 2.146 de 12 de maio de 1954, à qual pertencia o departamento que criou a IEC. Ou seja, comemoram o aniversário do ISEPAM na data de fundação de uma secretaria que não possui relações diretas com a instituição, e que foi criada no ano em que a ENC foi extinta. Dessa forma, contraditoriamente, celebram o Instituto como sendo ainda a ENC – que teria apenas passado por muitas mudanças ao longo de mais de um século – em uma data que remete ao fim da existência desta última.

As duas datas de celebração do aniversário evidenciam o conflito que nos faz cogitar a possibilidade de manipulação da memória relativa ao ISEPAM e nos faz questionar: em algum momento após 1994 a data de comemoração foi alterada? Em caso afirmativo, por que se comemora atualmente os anos de existência que a ENC teria e não o IEC? Como se chegou a uma data de comemoração que, aparentemente, combina ano com dia e mês que correspondem a acontecimentos distintos? Como essa alteração foi recebida pela comunidade escolar?

Inegável é o fato de que já foi comemorado o aniversário em datas diferentes. A de 40 anos do então IEPAM realizada em 1994, não nos apresenta sozinha, até o momento, nenhuma questão, ao contrário da atual que, além de indicar uma ruptura no período da comemoração, possui uma data discutível pelas razões já postas. Trabalhando com a ideia de uma mudança de data posterior a 1994, perguntamo-nos as razões da alteração que incorpora quase sessenta anos à História da instituição e se este foi um processo de manipulação da memória a ela vinculada.

Quando abordamos os usos de memória devemos discutir as suas finalidades, sobretudo quando há indícios de abuso. Voltemos à afirmação de Ricouer (2014, pp. 82-104) sobre a construção e narrativa seletiva da memória constituírem apenas mais um modo de enquadramento até o ponto que não descaracterizem o grupo, o local e o acontecimento ao qual fazem referência. A comemoração de 125 anos do ISEPAM em 2020 sugere uma adulteração no relato da trajetória da escola, o que caracterizaria, portanto, um movimento de manipulação da memória.

Sendo assim, o questionamento que surge é quais seriam as motivações desse possível ato consciente de alteração, ou seja, da manipulação de memória. Operando aqui com a possibilidade de mudança da comemoração durante a última década do século XX e a primeira do século XXI, podemos relacionar o ato com um período de reestruturação e crise da escola. Com a passagem do ISEPAM para a FAETEC em 2001, órgão estadual, instala-se o receio de ter que deixar de ofertar o segmento da Educação Infantil, que funciona como Colégio de Aplicação para os normalistas, tendo em vista que os poderes municipais devem, prioritariamente, ser os responsáveis por esse nível de ensino (BRASIL, 1988, p. 124).

A possibilidade de transferência das turmas de Educação Infantil do ISEPAM para a prefeitura municipal de Campos se somou à inauguração de cursos de formação de professores a nível superior na região – que contribuiu para a redução da procura pelos cursos normais de nível médio –, fazendo emergir a sensação de ameaça à continuidade do curso normal do ISEPAM. Compreender o lugar que o curso normal ocupa no Instituto é fundamental para percebermos uma possível relação entre aquele passar a ser considerado um curso de formação de professores já ultrapassado, e este ir paulatinamente perdendo seu posto de referência enquanto instituição de ensino na região. É perceptível um sentimento de saudosismo nas falas de alguns entrevistados para a dissertação da Márcia Crespo (2009), ao se referirem ao passado do Instituto de forma melancólica por este já não ser prestigiado como foi outrora. E é nesse sentido que a categoria de *lugar de memória* é aplicável no caso do ISEPAM, uma vez que busca manter um elo não espontâneo com um tempo que não existe mais, com as comemorações que remetem à antiga Escola Normal.

Esse período da passagem entre os séculos XX e XXI pode ser encarado como um momento de crise para o ISEPAM, além de trazer uma incerteza sobre a permanência do curso normal. Afinal, mesmo coexistindo diversos outros cursos na instituição, foi o curso normal a fonte do seu destaque durante décadas. Silva (2002) afirma que os momentos de crise e incertezas em relação ao futuro corroboram com o alargamento de formas de rememoração, em que se incluem, também, as comemorações e o processo de patrimonialização como fortalecedor dessas memórias. Nesse raciocínio, o processo de crise do ISEPAM poderia ter incentivado a busca e a reelaboração de sua trajetória e narrativa, de forma que valorizasse a instituição, fazendo-a centenária e um dos primeiros centros de formação docente do seu estado, reivindicando mais intensamente o título de lugar de memória regional, devido à sua ancianidade e ao mais de um século de contribuição na educação e na cultura do município e por ser, assim como o LHC, marco de uma época.

Não sendo, até o momento, possível elaborar uma análise mais complexa que inclua, por exemplo, recortes temporais mais precisos e atores por trás dessa alteração, está sendo realizado um exercício de reflexão a partir das fontes e bibliografia reunidas e do que elas nos indicam. Sabendo que há um conflito de datas comemorativas, resta averiguar o momento em que houve a referida alteração e quais foram suas motivações, para, assim, responder se a nova comemoração é apenas o resultado de um novo enquadramento da memória ou, sim, de um abuso desta.

Considerações finais

O que se pretendeu expor com este trabalho foi a possibilidade de uso abusivo da memória não apenas em grandes comemorações ou na construção da narrativa de memórias coletivas mais amplas, muitas vezes elaboradas sob influência dos poderes político-administrativos, mas, também, na celebração de memórias de alcance mais restrito, como no caso do ISEPAM. O

enquadramento de memória que apresenta manipulação é mais comumente associado a narrativas rasas, excludentes e, muitas vezes, nocivas, como no exemplo utilizado por Helenice Silva (2002) dos 500 anos do Brasil. O que não corresponde ao objeto desta análise, pois, apesar da comemoração de 125 anos do ISEPAM no ano de 2020 ser questionável, não apresenta possíveis danos, até o momento, a outros grupos.

Seguindo a argumentação expressa ao fim do tópico anterior, a manipulação da narrativa promovida pela comemoração, poderia ser lida como uma defesa do Instituto contra a perda de visibilidade regional durante a crise dos cursos normais enquanto referência na formação docente. Com a incerteza em relação ao futuro da instituição e de seu Curso Normal, resgatam e incorporam a existência da Escola Normal de Campos à sua trajetória, agregando maior valor de ancianidade a si própria, de modo que, na hipótese de que o futuro não seja promissor, desde já é reafirmada sua relevância no quesito educacional para a História do município e reforçada a possibilidade de o Instituto ser intitulado como lugar de memória campista.

Alguns dos questionamentos realizados ao longo da pesquisa, como o período exato em que ocorreu a alteração da data de comemoração, quem a idealizou ou como esta foi recebida pela comunidade escolar, não puderam ser respondidos aqui devido à impossibilidade de maior pesquisa documental, uma vez que os arquivos e instituições de pesquisa estão fechados como medida de isolamento social decorrente das providências contra a pandemia do COVID-19. Todavia, isso nos indica uma oportunidade de continuidade na investigação, buscando elucidar os demais pontos e aprofundando as análises aqui desenvolvidas.

Referências Bibliográficas

Documentos oficiais:

BRASIL. Constituição de 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Normal*. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23/03/2021.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio.&text=1%C2%BA%20Em%20todas%20as%20cidades,primeiras%20letras%20que%20forem%20necess%C3%A1rias. Acesso em: 23/03/2021.

BRASIL. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Rio de Janeiro em 21 de Agosto de 1834. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 23/03/2021.

Fontes de jornais:

Extincccção da Escola Normal. **Monitor Campista**. Campos dos Goytacazes, 13 de fevereiro de 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pesq=&pagfis=19595>. Acesso em 23/03/2021.

Edição Especial de Aniversário. **Jornal Dimensão**. Campos dos Goytacazes, março de 1994.

Sites consultados:

Panorama de Campos dos Goytacazes. **IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 20/03/2021.

VÍDEO comemorativo dos 125 anos do ISEPAM. Roteiro: Mirian Carvalho de Araújo. Disponível em: <https://www.facebook.com/905856209437096/videos/3050185215061793/>. Acesso em: 20/03/2021.

Livros e artigos consultados:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. "Um Quase Objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região". In: LEAL, M. das G. de A. e FARIAS, S. O. (orgs.) **História Regional e Local III reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino**. Salvador: EduNEB, 2015. (pp. 37-61).

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BARROS, José D'Assunção. "O lugar da História Local na Expansão dos Campos Históricos". In: OLIVEIRA, A. M. C. dos S. e REIS, I. C. F. dos (orgs.). **História Regional e Local discussões e práticas**. Salvador: Quarteto, 2010. (pp. 217-241).

CABRAL, Luísa Corrêa Pereira Portugal. "Liceu de Humanidades de Campos: história, memória e educação patrimonial". Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2020.

CANDAUI, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: contexto, 2001.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo. **Construindo Memórias e Identidades por meio de Narrativas: as experiências pessoais de docentes e discentes em pertencer ao Colégio Pedro II**. Dissertação. (Mestrado em Memória Social) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

CHUVA, Márcia. "Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil". **Revista do IPHAN**, n.34, p.147-165, 2012.

CRESPO, Regina Márcia Gomes. LIMA, Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira. "Patrimônio Educativo e Materialidade da Cultura Escolar na Historiografia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert em Campos dos Goytacazes/RJ, 1954-2010". VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011.

CRESPO, Regina Márcia Gomes. **Políticas Educacionais e Magistério em Terras Fluminenses: Itinerário Sócio-Histórico do Curso de Formação de Professores no Instituto de Educação de Campos, nas décadas de 1950-1960**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiência no tempo**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE, Campinas: Autores Associados, No. 1, jan/junho, 2001.

LOPES, Sonia de Castro. MARTINEZ, Sílvia Alicia. "A Emergência de Escolas Normais no Rio de Janeiro do Século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos". **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 15 set./dez. 2007.

MARTINEZ, Sílvia Alicia. GANTOS, Marcelo Carlos. BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. "Arquitetura, Escola e Memória: o edifício do Liceu de Humanidades de Campos". **Cadernos de História da Educação**, n° 5 – jan./dez. 2006;

MARTINEZ, Sílvia Alicia. "O Liceu de Humanidades na cidade de Campos: espaço, história e memórias". **Revista Academia Campista de Letras**, v. VI, p. 191-211, 2008;

MARTÍNEZ, S. A.; BOYNARD, Maria Amelia de A Pinto. "O aluno, a escola e a cidade: o caso do Liceu de Humanidades de Campos (RJ) 1880-1970". In: MENDONÇA, Ana Waleska. (Org.). **História e Educação: dialogando com as fontes**. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010, pp. 179-200.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". **Proj. História**, São Paulo (10), p. 7-28, dez. 1993.

NOVOA, António. "Para uma análise das instituições escolares". In: Nóvoa, António (org.). **As Organizações Escolares em Análise**. Lisboa: Dom Quixote, pp 13-43, 1992.

POLLACK, Michael. "Memória e identidade social". **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, p. 200-2012, 1992.

RAMOS, Tatiana Tramontani. "Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sócio-espacial em Campos dos Goytacazes". **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 63-88, 2016.

- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. "História regional: dimensões teórico-conceituais". **História – debates e tendências**. Passo Fundo, v. 1, n.1, pp. 15-22, 1999.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Rodrigo Rosselini. **Formando os Cidadãos Fluminenses: a escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.
- SAVIANI, Dermeval. "Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro". **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009, pp. 143-155.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.
- SOUSA, Horacio. **Cyclo Aureo: História do 1º centenário da cidade de Campos 1835 – 1935**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2014.
- TANURI, Leonor Maria. "História da Formação de Professores". **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n° 14, pp 161-193.
- TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de la Memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

Artigo recebido em 22/06/2021 e
aprovado para publicação em 19/06/2022